

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A PEDAGOGIA FREIRIANA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DA LT 138KV BARBOSA FERRAZ – SÃO PEDRO DO IVAÍ

Ana Paula Moreira Pinto Duarte
Mestrado em História pela Universidade de Brasília (2018)
Historiadora e educadora patrimonial da Fundação Aroeira.
Goiânia-GO, Brasil
E-mail: anapaulam.aroeira@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2717-0806>

José Luiz Lopes Garcia
Doutorando em Arqueologia na Facultad de Ciencias Sociales – UNICEN, Argentina
Universidad Nacional do Centro da Provincia de Buenos Aires.
Goiânia - GO. Brasil
E-mail: jlgarcia1955@live.com
<https://orcid.org/0000-0003-2608-003X>

RESUMO

A Educação Patrimonial, quando associada ao licenciamento ambiental, refere-se a um conjunto de ações educativas que visam a criação de diálogos entre a comunidade detentora do patrimônio cultural e a equipe de execução do trabalho de campo e laboratório em Arqueologia. Tornou-se uma ferramenta fundamental para o fortalecimento da autoestima, da identidade e preservação das memórias. No campo teórico, Paulo Freire (1921-1997) contribuiu sobremaneira para se pensar metodologicamente à Educação Patrimonial. Dessa forma, buscamos no presente artigo discutir os resultados do Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí, realizado nos municípios de São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí e Barbosa Ferraz - PR. Esse Programa fundamentou-se teoricamente e metodologicamente nas contribuições de Paulo Freire, tendo como princípio norteador o estabelecimento de uma educação democrática, libertadora e dialógica.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Arqueologia; Educação Patrimonial; Paulo Freire.

Artigo recebido em: 02/07/2021

Artigo aceito em: 11/09/2021



ABSTRACT

Heritage Education, when associated with environmental licensing, refers to a set of educational actions aimed at creating dialogues between the community holding the cultural heritage and the team carrying out field and laboratory work in Archeology. It has become a fundamental tool for strengthening self-esteem, identity and preserving memories. In the theoretical field, Paulo Freire (1921-1997) greatly contributed to thinking methodologically about Heritage Education. Thus, in this article, we seek to discuss the results of the Heritage Education Program of the 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí Rescue, Archaeological Monitoring and Heritage Education Project, carried out in the municipalities of São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí and Barbosa Ferraz - PR. This Program was theoretically and methodologically based on the contributions of Paulo Freire, having as its guiding principle the establishment of a democratic, liberating and dialogic education.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Archeology; Heritage Education; Paulo Freire.



INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial é um conceito riquíssimo, que no final da década de 1990 e início dos anos 2000, passou a ser amplamente utilizado no desenvolvimento de práticas educacionais centradas no patrimônio cultural. O Guia de Educação Patrimonial, escrito por Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grumberg e Adriane Monteiro (1998), é uma obra marcante e percussora desse conceito, a partir de uma perspectiva baseada, sobretudo no patrimônio material, na qual as autoras definem o significado de Educação Patrimonial e apresentam uma metodologia de aplicação.

Segundo Dermachi (2018), o Guia era a principal obra, que serviu como parâmetro para a constituição da Coordenação de Educação Patrimonial dentro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Porém, ao longo dos anos e das discussões sobre as ações pedagógicas, o arcabouço teórico-metodológico da Educação Patrimonial foi ampliado. Os teóricos salientam o campo de conflito do patrimônio cultural e abordam o papel da educação, nesse cenário Paulo Freire (1921-1997) é utilizado frequentemente nessas discussões, uma vez que seu método educativo rompe com uma educação opressora e defende a subjetividade do indivíduo durante o ensino-aprendizagem.

Apesar de não ter escrito diretamente sobre a Educação Patrimonial, Freire desejava uma educação em que houvesse a valorização da cultura dos educandos. Não almejava a mera reprodução dos conteúdos, mas uma formação dialógica, em que os professores e educandos construíssem juntos o conhecimento, fazendo uma leitura do mundo em que estão inseridos.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas, também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir, discutir com os alunos a razão de ser desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade discutidas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem as saúdes das gentes. (FREIRE, 1996, p. 30).

Nessa citação fica evidente a perspectiva de Paulo Freire, em que a experiência dos educandos é fundamental no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ao se abordar determinados temas por que não focar naquilo em que os alunos conhecem e vivenciam? Isso aproxima o conteúdo a realidade vivenciada e a educação não se tornaria reprodutiva. Há a reflexão



sobre temas cruciais da sociedade e a associação dos conteúdos do currículo escolar com situações da vida cotidiana. Também contribui para a descolonização do saber, pois rompe com a valorização apenas da cultura da elite, e coloca em tela a cultura popular.

Essa definição de educação quando inserida na concepção da Educação Patrimonial, possibilita ações que prezam pelo diálogo e entendem que o patrimônio cultural não é algo já dado, mas é uma construção social. Tem-se então, uma Educação Patrimonial “dialógica, reflexiva e crítica, que contribui para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade” (TOLENTINO, 2019, p. 47).

Seguindo esses pressupostos, o presente artigo apresenta a realização de um Programa de Educação Patrimonial no âmbito da Arqueologia Preventiva¹. O Programa de Educação Patrimonial do Projeto de Resgate, Monitoramento e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138 kV Barbosa Ferraz-São Pedro do Ivaí (municípios de Barbosa Ferraz, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí, todos localizados no Oeste do Estado do Paraná), foi executado entre os anos de 2014 a 2016 pela Fundação Aroeira (PUC-Goiás). Esse empreendimento pertence a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), que visa a ampliação da rede de transmissão de energia elétrica dessa região. O processo pode ser consultado no SEI/IPHAN sob número: 01508.000994/2015-19.

Na Linha de Transmissão de 138 kV Barboza Ferraz-São Pedro do Ivaí, realizaram-se as etapas de Levantamento, Salvamento e Monitoramento Arqueológico em toda a sua extensão. Cada uma dessas etapas contou com trabalhos específicos de Educação Patrimonial que buscaram a reflexão do patrimônio cultural. No final dessas etapas, foram identificados 29 sítios arqueológicos entre pré-históricos e históricos

A primeira legislação que estabeleceu a obrigatoriedade da Educação Patrimonial em processo de licenciamento ambiental em arqueologia, corresponde a Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002². Nesse documento não havia a explanação sobre os critérios de realização da

¹ Arqueologia de Contrato, ou como também é conhecida Arqueologia Preventiva, é um contrato entre empresas públicas ou privadas e profissionais de arqueologia para a realização de licenciamento ambiental, conforme Resolução CONAMA (CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE) Nº 001, de 23 de janeiro de 1986.

² Desde 2015 os projetos de Educação Patrimonial estão alicerçados na Instrução Normativa 001, de 25 de março de 2015, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse documento, diferente da Portaria nº 230, foram direcionados artigos específicos para o desenvolvimento do Projeto Integrado de Educação Patrimonial, em que define o que é Educação Patrimonial e o que se espera da execução dos projetos. No Programa de Educação Patrimonial da LT 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí a legislação atendida refere-se à Portaria nº 230, uma vez que o Projeto foi protocolado no IPHAN em 2014.



Educação Patrimonial, em consequência, por muitos anos as equipes que atuaram nessa área promoveram ações de divulgação as considerando como se fosse de Educação Patrimonial.

No caso do Programa de Educação Patrimonial que o presente artigo faz alusão, buscamos romper com uma educação engessada, de mera reprodução e com caráter informativo. Obviamente é um processo que demanda tempo, organização, disponibilização de uma equipe interdisciplinar e conhecimento teórico-metodológico da Educação Patrimonial. É um passo para a construção de novos parâmetros para se pensar as ações educativas em processos de Arqueologia de Contrato.

Neste artigo, apresentamos uma breve discussão entre o conceito de Educação Patrimonial e a pedagogia freiriana. Posteriormente, a descrição das atividades realizadas no âmbito do Programa de Educação Patrimonial e por último os resultados do desenvolvimento da Educação Patrimonial.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO CONSTRUÇÃO DO DIÁLOGO

Ao trabalhar, pela primeira vez com a Educação Patrimonial, fomos orientados a seguir o Guia de Educação Patrimonial. Essa publicação tem grande relevância, uma vez que é um marco teórico dessa temática. No entanto, as autoras consideram que a Educação Patrimonial é uma “alfabetização cultural”. Isto é, o técnico ou o educador patrimonial teria o papel de elucidar o que é patrimônio cultural para o seu público e a este último caberia a função de receber as informações, se apropriando daquele conteúdo.

“Na verdade, a concepção de educação patrimonial adotada no referido Guia apresenta-se como instrutivista, isto é, a educação é considerada apenas como “transmissão de conhecimento”. Parte de um patrimônio cultural dado, fetichizado, e não concebe o patrimônio como uma construção e apropriação social, com seus consensos e conflitos. Nesse sentido, utiliza-se de conceitos controversos, como o de alfabetização cultural, que vai de encontro ao conceito antropológico de cultura. Ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura e colocamos uma cultura (a minha) como superior à outra (a do outro). Não se considera, desta forma, o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e dialógica. (TOLENTINO, 2019, p. 40-41)”

O Guia traz suas contribuições e enriquece as ações da Educação Patrimonial, no entanto, ao utilizar o termo “alfabetização cultural” contrapõe a pedagogia freiriana, pois, para Paulo Freire, durante o processo de educação não há uma categoria de pensamento superior. Professores e alunos são responsáveis pelo ensino-aprendizagem e a partir do diálogo transformam a realidade.



Além disso, ao considerar a Educação Patrimonial como uma alfabetização cultural, o responsável por planejar e ministrar cursos, oficinas, encontros e rodas de conversa desempenha um papel de detentor do patrimônio cultural. A partir desse viés, é apresentado o patrimônio cultural como algo já dado por si só e instituído. Por isso, muitos projetos de Educação Patrimonial baseiam suas atividades aos bens já tombados, ou a visitas aos centros históricos.

As reflexões atuais sobre a Educação Patrimonial têm contribuído para mudar essa concepção, disponibilizando às equipes um arcabouço teórico e possibilidades metodológicas. Como por exemplo, a publicação do livro *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*, publicado em 2014. Os autores consideram a Educação Patrimonial como um processo democrático, em que é necessária a inserção da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas.

“O que se almeja é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação somente reprodutora de informações, como via de mão única e que identifique os educandos como consumidores de informações – modelo designado por Paulo Freire como “educação bancária” (FREIRE, 1970).

Para tanto, as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente.” (FLORÊNCIO, et al, 2014, p. 20)

Diante disso, a concepção que entendemos hoje da prática da Educação Patrimonial é que ela é uma construção do diálogo. Não é algo que podemos definir metodologicamente, mas um processo que abrange todas as pessoas envolvidas com as atividades educativas. Isso apresenta a ideia de uma educação libertadora, em que os indivíduos são convidados a participar do ensino-aprendizagem.

Percebemos, então que a Educação Patrimonial, quando associada a pedagogia freiriana, rompe com uma perspectiva tradicional da educação. Paulo Freire apesar de não ter propriamente escrito sobre a Educação Patrimonial como já mencionado, em sua obra permite repensar essa prática e criar metodologias que visam uma educação libertadora, ou seja, uma educação dialógica.



Para tal, é apenas por meio do diálogo que é possível uma educação em que as diferentes classes sociais, em específico a cultura popular, tenha sua representatividade e a sua voz.

“Em verdade, não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. Como também não lhe seria possível fazê-lo fora do diálogo.” (FREIRE, p.39, 1987)

Freire acredita que a educação tem papel social e político, e por meio dela é possível pôr fim a pedagogia do oprimido. Isto quer dizer, que ao longo da história brasileira os grupos dominantes utilizaram da cultura para estabelecer uma educação a partir das suas concepções e interesses. Assim, quando ocorre o diálogo e os papéis sociais são colocados em perspectiva, se rompe com essa educação opressora, reavaliando-a.

O modelo de educação que sempre foi combatido por Paulo Freire é nomeado de educação bancária, na qual acredita-se que o aluno não sabe de nada e caberia ao professor, o detentor do saber, ser o responsável por trazer o conhecimento. Esse modelo de ensino faz com que haja a perpetuação e a dominação de grupos hegemônicos. Além disso, contribui para que não ocorra uma reflexão sobre as questões fundamentais da sociedade, uma vez que o aluno não está apto a questionar o que o ensino propõe, mas apenas a decorar.

Ao estabelecer uma educação, com base na cultura dos alunos na sua subjetividade, em que todos os envolvidos são responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem, a “educação procurar libertar os educandos para que estes possam refletir acerca de suas condições” (DIAS; SOARES. 2006, p. 52). A Educação Patrimonial possibilita dessa forma, que os educandos reflitam sobre sua identidade, memória e esquecimentos, percebendo a questão conflituosa do patrimônio cultural e mudando a sua realidade. Essa é uma das funções da educação, como destacado por Freire (1996, p. 68);

“a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando a fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível de adestramento de outros animais ou do cultivo de plantas.”

Durante muitos anos os bens patrimonializados não representavam a cultura popular, mas serviam para propagar a dominação de uma elite. Como destacado por Fonseca (2003), devido as



políticas de preservação do Estado, por muitos anos considerou-se patrimônio apenas um conjunto de monumentos antigos, como obras de arte excepcionais que teriam valor por serem palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas históricas. Caberia, então, à Educação Patrimonial, reforçar a importância desses bens, consagrando essa cultura já dominante.

Atualmente o patrimônio não é visto apenas como algo composto por pedra e cal (FONSECA, 2003). Entende-se que é uma categoria de pensamento que pode contribuir para o entendimento da vida social e cultural (GONÇALVES, 2007). Está em constante conflito, que perpassa por questões políticas, sociais, relações de poder, memórias e esquecimentos. Não é algo já dado por si só na sociedade, mas é uma construção da comunidade.

Nesse caso, a Educação Patrimonial, permite o diálogo, a construção e a interação sobre o patrimônio cultural e é uma fonte riquíssima para o desenvolvimento de uma educação mais ampla e democrática. Os participantes são incentivados a refletir sobre o mundo em que estão inseridos, a perceber os bens patrimoniais enquanto pertencentes a eles e construídos por eles.

Nas publicações recentes do IPHAN, como no manual Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação (216), a Educação Patrimonial caminha para explorar a diversidade cultural, para a inserção de diálogos entre diferentes grupos étnicos brasileiros. Não se busca o estabelecimento de uma cultura sobreposta a outra, mas que todas elas tenham o seu espaço e sejam preservadas. Isso, enriquece os diálogos na Educação Patrimonial e possibilita uma sociedade diversa, democrática e participativa. Como destacado no site do IPHAN:

Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural.

[...] As principais diretrizes que devem nortear as ações de Educação Patrimonial decorrem de um longo processo de debates institucionais, aprofundamentos teóricos e avaliações das práticas educativas voltadas à preservação do patrimônio cultural.

Ao mesmo tempo, são amparadas em uma série de premissas conceituais: as comunidades devem ser participantes efetivas das ações educativas; os bens culturais estão inseridos nos espaços de vida das pessoas; a Educação Patrimonial é um processo de mediação, o patrimônio cultural é um campo de conflito; os territórios são espaços educativos; as ações educativas devem levar em conta a intersetorialidade das políticas públicas; e é necessária uma abordagem transversal e dialógica da educação patrimonial. (IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343> Acessado em 10 de jun. 2020, às 15h)



Na citação acima o IPHAN reivindica uma Educação Patrimonial que visa a construção coletiva e democrática do conhecimento, em que a comunidade faz parte desse processo e sua participação é o ponto chave para a construção do diálogo. Não é uma metodologia diferente da proposta pela pedagogia freiriana, em que os atores sociais são aqueles que geram o patrimônio cultural.

Para Dias e Soares (2006), a Educação Patrimonial é uma das formas da pedagogia proposta por Paulo Freire. Os autores apresentam algumas ações desenvolvidas no Núcleo de Educação Patrimonial e Educação Popular (NEP), em que houve o diálogo com a comunidade. Nessas atividades, o que é ou não patrimônio cultural não é imposto pelo mediador da Educação Patrimonial, mas é uma construção do conhecimento junto ao educando.

O conhecimento construído junto ao educando representa algo que realmente possa contribuir para sua libertação, para que este preserve sua memória, não em detrimento da memória das classes dominantes, mas no reconhecimento da existência de outras memórias e outros patrimônios que representam a sua realidade em contraposição ao passado das elites. Neste sentido, a Educação Popular é um processo dinâmico e muito mais eficiente, que tomado a partir dos objetos culturais, associa-se a educação patrimonial como catalisador do processo de auto-gestão. (DIAS; SOARES; 2006, p. 55)

Assim, ao propor o diálogo ocorre uma educação em que os educandos elegem seus patrimônios culturais e se reconhecem neles. Consequentemente, estamos lidando com uma educação que dá autonomia e permite um lugar de fala e de reflexão, para que juntos (educadores, gestores, agentes culturais e comunidade) possam propor ações de preservação e fortalecimento da identidade.

No próximo tópico discutimos como foi realizada a Educação Patrimonial do Programa de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da LT 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí. Ao longo do Programa, as ações pautaram-se em uma educação libertadora, em que houve a construção do diálogo.

ATIVIDADES REALIZADAS

No Programa de Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí o foco foi justamente criar o diálogo, fugindo da educação tradicional criticada



por Paulo Freire. Para cumprir tal objetivo, o projeto contou com diferentes ações, realizadas conforme o desenvolvimento de outras etapas de campo da Arqueologia.

Na tabela abaixo segue algumas informações sobre as etapas desenvolvidas no Programa de Educação Patrimonial;

Tabela 1. Informações Técnicas do Programa de Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí

Nome do Programa	Programa de Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí
Público Alvo	- Comunidade em geral dos municípios de São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí e Barbosa Ferraz – PR; - Professores da rede pública de ensino; - Funcionários da Secretária Municipal de Cultural; - Colaboradores da construção da Linha de Transmissão.
Tempo de execução	2014 a 2016
Equipe Responsável	Profissionais com formação em licenciatura e disciplina afins (historiadoras, arqueólogos(as) e geógrafos)
Etapas realizadas	
Primeira etapa	Levantamento bibliográfico
Segunda etapa	Levantamento Histórico-Cultural
Terceira etapa	Distribuição de folder didático
Quarta etapa	Curso Formação de Multiplicadores Potencializando Saberes, Preservando Patrimônios O público-alvo correspondeu aos professores da rede pública de ensino e Funcionários da Secretária Municipal de Cultural;
Quinta etapa	Curso no Canteiro de obras O público alvo foram os colaboradores da construção da Linha de Transmissão.



A equipe responsável pela aplicação da Educação Patrimonial contou com historiadoras, profissionais da área da educação, arqueólogos(as) e um geógrafo. Todos residentes no município de Goiânia-Goiás, e não conheciam o processo histórico, cultural e social dos municípios impactados com a construção do empreendimento. Nesse sentido, era impossível desenvolver práticas educacionais com foco no diálogo dos patrimônios culturais locais sem que houvesse esse conhecimento por parte dos pesquisadores, nesse sentido as duas primeiras etapas foram cruciais para o desenvolvimento do Programa.

A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico dos municípios abrangidos pela construção da Linha de Transmissão, que visou conhecer o processo de formação histórica da região e os seus bens culturais. Essas informações foram utilizadas na próxima etapa de campo, que correspondeu ao Levantamento Histórico-Cultural.

A etapa do Levantamento Histórico-Cultural, dessa forma, consistiu em uma pesquisa de campo sobre a história dos municípios de São Pedro do Ivaí, São João do Ivaí e Barbosa Ferraz, bem como dos seus patrimônios culturais.

Em campo, o histórico de formação desses municípios foi consultado por meio de livros e revistas disponíveis nas bibliotecas municipais, além da realização de entrevistas com moradores de diferentes faixas etárias. Os entrevistados relataram sobre as primeiras casas, as festas tradicionais, as mudanças nas principais edificações dos municípios, os conflitos políticos e sociais. Isso permitiu ir além da história oficial sobre os municípios, mas escutar e registrar a memória daqueles que vivenciam a dinâmica social e cultural local. Conhecer esse campo de conflito das memórias, conforme destacado por Dermachi (2018, p. 149), promove uma Educação Patrimonial aberta ao debate sobre as possíveis significações do patrimônio cultural, permitindo todas as interpretações.

Com o levantamento histórico-cultural também ocorreu o registro dos bens culturais locais. Esse registro foi encaminhado ao IPHAN em formato de relatório. Nesse momento da pesquisa não se buscou apenas por bens que receberam o Registro ou o Tombamento, que são as principais medidas de proteção legal atualmente. Até porque nesses municípios não há bens acautelados em âmbito federal. Por isso, as entrevistas foram fundamentais, pois foram os moradores que indicaram aos pesquisadores os lugares, objetos, festas, memórias, hábitos e costumes que consideram enquanto patrimônios culturais.

A partir das informações, dados e imagens fotográficas identificadas na etapa do Levantamento Histórico-Cultural planejamos as próximas etapas do Programa de Educação Patrimonial. Tendo como público-alvo os docentes da rede pública de ensino, os agentes culturais



e os colaboradores envolvidos com a construção da Linha de Transmissão. Produzimos também o material didático composto por folders explicativos, um kit em formato digital com jogos lúdicos, indicação de sites, um banco de vídeos e textos acadêmicos e informativos relacionados ao patrimônio cultural, “Arqueologia e Educação Patrimonial”.

Durante a Prospecção Arqueológica foi realizado o Levantamento bibliográfico e Histórico-Cultural dos municípios. Além disso, foi distribuído nas escolas o folder explicativo, seguido de uma pequena explanação sobre a pesquisa arqueológica na região. Esse contato foi primordial para a formação de parcerias para as próximas etapas do Programa de Educação Patrimonial e de informar à comunidade sobre o andamento da pesquisa arqueológica na região.

Cabe ressaltar, que uma das principais dificuldades em implantar ações educativas a partir dos projetos de licenciamento ambiental refere-se à disponibilização das secretarias de educação e cultura para que seus funcionários participem das ações. Por isso optamos em realizar a entrega do folder didático nesse primeiro momento, não com o intuito de repetir uma educação tradicional, mas estabelecer esse primeiro contato e formar parcerias para a execução das próximas etapas.

A Educação Patrimonial pode ocorrer em diferentes espaços, seja no ensino formal ou não formal, mas quando se lida com sua execução no ambiente escolar requer um processo burocrático para sua realização, que demanda com uma série de fatores: organização, escolha do espaço, disponibilização dos profissionais, contato previamente estabelecido para que os cursos ou oficinas sejam realizados em paralelo com o calendário escolar. Além disso, as secretarias de educação, verificaram, proativamente, se os cursos realmente são voltados para a área pedagógica e se contribuem de fato para a formação pedagógica de seus professores.

Os cursos de Educação Patrimonial foram realizados durante a etapa de Resgate e Monitoramento Arqueológico. Para os docentes e agentes culturais foi aplicado o curso *Potencializando Saberes, Preservando Patrimônios*³. A carga horária pensada inicialmente foi de 25 horas, mas conforme a disponibilidade dos professores para se ausentarem da sala de aula, foi readequada para 8 horas. Como metodologia adotou-se a mediação dialógica, isto quer dizer, que se optamos por uma interação constante dos participantes, que foram incentivados a participar, relatar suas experiências, discutir os conflitos políticos e sociais dos patrimônios culturais.

O curso *Potencializando Saberes, Preservando Patrimônios* foi dividido em módulos. No Módulo 1 abordamos o conceito de patrimônio cultural. Destacamos, sobretudo, como o patrimônio cultural é relevante para a formação identitária, preservação e transmissão das memórias. Foram

³ Devido a quantidade de inscrições recebidas, em cada município foi realizado o curso de Educação Patrimonial. Ao total abriram-se 50 vagas, sendo praticamente todas preenchidas.



apresentados exemplos dos patrimônios culturais identificados na etapa do Levantamento Histórico-Cultural e abriu-se o diálogo sobre a importância destes para a comunidade.

Também apresentamos as principais medidas de proteção dos patrimônios culturais e novamente abriu-se uma discussão sobre como essas ações são implantadas nos municípios abrangidos pela Linha de Transmissão. Um ponto importante desse módulo é que o IPHAN não era um órgão conhecido pela maioria dos participantes. Poucos sabiam da existência de uma autarquia responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Isso demonstra a necessidade de ações que visam parcerias entre o Instituto e a comunidade em geral.

No segundo módulo apresentamos à Educação Patrimonial. Salientamos que não existe uma metodologia específica de aplicação das ações educativas centradas no patrimônio cultural, até porque está se lidando com uma educação que pode ocorrer em diferentes espaços, com diferentes públicos e que atualmente está em construção no campo teórico-metodológico. Nesse caso, o diálogo centrou-se em como a Educação Patrimonial que pode ser libertadora, promovendo o aumento da autoestima.

Ressaltamos a importância de a Educação Patrimonial ser mediada, pois o participante é quem produz e (re)significa o patrimônio cultural, ou seja, ele é o gerador, então, abordar esse tema não pode ser algo distante, alicerçado apenas na cultura dominante. O participante tem que ter voz nesse processo educativo. É um grande desafio a aplicação da Educação Patrimonial por essa perspectiva, até porque se está acostumado com aulas expositivas, com mera reprodução de conteúdo.

Abrir essa discussão durante o curso possibilitou que os docentes pensassem sobre sua prática e que juntos, durante o tempo que foi disponibilizado para diálogo, posteriormente em conjunto com a gestão das escolas, refletissem sobre como inserir a Educação Patrimonial no ensino formal.

O último módulo tratou do Patrimônio Arqueológico e da pesquisa arqueológica na área da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí. Inicialmente apresentamos o caráter político e social da Arqueologia, que possibilita, por meio da análise dos vestígios materiais, estudar e conhecer a história de diversos povos que habitaram e habitam o Brasil, sendo possível esclarecer fatos históricos até então desconhecidos pelos participantes.

O desafio desse módulo foi construir a reflexão sobre a importância dos sítios arqueológicos encontrados durante a pesquisa a ponto de considerá-los patrimônios culturais. Nesse caso, não poderia ocorrer uma imposição dos vestígios arqueológicos enquanto patrimônio. Por isso, os outros módulos foram fundamentais, pois destacou que o patrimônio não é somente aquilo que é/foi gerado



a partir da influência da cultura externa, mas também diz respeito aos grupos que vivem à margem da sociedade. Dessa forma, ao se apresentar o patrimônio arqueológico os participantes refletiram sobre sua importância para conhecer e preservar a história e a memória brasileira.

Além da exposição dos módulos também ocorreram dinâmicas de grupos, que visaram o diálogo e a construção de um ambiente mais interativo. Uma oficina prática ao final do curso foi realizada. Nesse momento os participantes foram convidados a retratarem em pequenos potes de cerâmica aquilo que consideram como patrimônio cultural. Essa oficina propiciou a reflexão dos participantes sobre o seu meio social e a produção de seus patrimônios culturais.

Para os colaboradores envolvidos com a construção do empreendimento, também foi realizado um pequeno curso, com carga horária de 2 horas. Essa ação foi de suma importância, pois durante a obra tem-se o acompanhamento do arqueólogo e há muitos questionamentos sobre o porquê da sua presença e qual é a relevância em se verificar o sedimento quando aberta as valas das bases que receberão as torres da Linha de Transmissão.

Apresentamos noções básicas da Arqueologia, sem, no entanto, apegarmo-nos aos termos técnicos, uma vez que o objetivo dessa ação não era formar arqueólogos ou técnicos de arqueologia, mas construir um diálogo de forma que os participantes se sensibilizassem sobre a importância em preservar os patrimônios arqueológicos.

Ao longo do Programa de Educação Patrimonial buscou-se o diálogo, a construção de novos conhecimentos além dos pré-estabelecidos, em que diferentes atores são colocados em tela. Foi um grande desafio, pois é realmente mais fácil aplicar a Educação Patrimonial a partir de pressupostos já formulados, isto é, apresentar o que é patrimônio e assim encerrar as ações educativas.

RESULTADOS

A Educação Patrimonial realizada nos municípios de Barbosa Ferraz, São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí, como já mencionado, corresponde a uma etapa obrigatória do licenciamento ambiental. Essa etapa requereu certos cuidados, como por exemplo, a não imposição ao público do que é ou não patrimônio cultural. Entendemos que a Educação Patrimonial não cumpre o papel de trazer uma verdade ou de dizer qual bem deve receber a categoria de patrimônio, mas é sim um diálogo, em que o público-alvo é convidado a realizar uma leitura dos seus patrimônios culturais.

Como afirmado por Paulo Freire em uma de suas frases mais conhecidas, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção” (2010, p. 47). Ou



seja, o indivíduo constrói a partir de suas relações sociais, culturais e históricas o seu conhecimento. Por muitas vezes o processo educativo tradicional anula o papel social do indivíduo e entende que o conteúdo não deve ser discutido, mas memorizado.

O Programa de Educação Patrimonial executado, ao ter como pressuposto teórico as contribuições da pedagogia freiriana, buscou romper com o método tradicional. Para tanto, foi necessária uma mudança de perspectiva inclusive da equipe. Em primeiro lugar, os responsáveis por ministrar os cursos tiveram que compreender que o seu papel não era conscientizar.

Silveira e Bezerra (2007), afirmam que ao realizar uma Educação Patrimonial na perspectiva conscientizadora ocorre uma violência simbólica com as comunidades, pois desconsidera o outro como capaz de realizar a interpretação do mundo que está inserido. Portanto, as atividades educativas centradas no patrimônio cultural devem promover a sensibilização e a participação crítica dos grupos.

Sendo assim, é preciso que a participação dos grupos sociais vinculados aos bens por intermédio de práticas sociais e simbólicas cotidianas seja levada em consideração, a fim de que os mesmos reflitam acerca do valor que sua cultura (atual ou ancestral) apresenta para contextos culturais mais amplos, num sentido nacional e transnacional. O problema reside no fato de que, por vezes, tais grupos sequer são ouvidos em seus anseios acerca do destino de seus patrimônios. (SILVEIRA; BEZERRA. 2007, p. 88)

Ao produzir o Projeto de Educação Patrimonial foi necessária a leitura e compreensão da importância da educação. Não se resume apenas em conhecer e perceber a categoria conflituosa que é o patrimônio cultural, mas também de considerar que a educação é um processo que demanda novas posturas de quem assume o papel de educador. Os resultados obtidos, dessa forma, não se destinam apenas aos participantes dos cursos realizados, mas amplia-se a equipe.

O grupo de profissionais interdisciplinares que participaram do desenvolvimento do Programa de Educação Patrimonial também aprenderam e buscaram novos métodos alicerçados em uma educação libertadora. Houve o interesse em ler, compreender e assimilar as concepções de Paulo Freire em relação à Educação Patrimonial. Não se desejava apenas cumprir mais um requisito do licenciamento ambiental com o intuito exclusivamente do empreendimento obter as licenças. Buscamos por alternativas didáticas e metodológicas que rompesse com um método de ensino engessado.

Em relação aos participantes do curso de Formação de Multiplicadores, a maioria desconhecia a Educação Patrimonial e muito menos já haviam discutido sobre o patrimônio cultural local em outras situações. A todo o momento a equipe incentivava a participação, solicitando



exemplos, dúvidas e questionamentos. Era fundamental que o conhecimento sobre aqueles temas fosse construído em coletividade.

Ao abordar o patrimônio cultural e apresentar alguns exemplos de patrimônios culturais locais, os participantes tornaram-se mais ativos nas discussões. Até então, a ideia de patrimônio era algo distante da realidade deles, como se nos municípios não houvessem bens culturais “dignos” de serem considerados patrimônio cultural. É a concepção de que somente aquilo que é muito antigo ou tenha características europeias possa ser patrimônio.

No momento em que os participantes começaram a citar bens culturais de seus municípios e explicar sua importância para a comunidade local foi enriquecedor. Alguns participantes mencionaram o caráter político de determinado bem, ou a questão religiosa que torna um templo religioso como principal característica de uma cidade. Também mencionaram o fator econômico, como por exemplo, o artesanato presente no município de Barbosa Ferraz, hoje um dos setores mais rentáveis e que dá o título ao município de “cidade do crochê”.

É interessante observar o quanto os participantes ficaram contagiados e empolgados ao falarem de seus bens culturais. Houve nesse momento, a valorização da memória local, o fortalecimento da identidade, o aumento da autoestima. Esse é um dos resultados esperados da Educação Patrimonial quando associada a pedagogia freiriana, em que há novas leituras e reflexões da realidade dos educandos.

Sobre a Arqueologia e o Patrimônio Arqueológico, a curiosidade do público alvo era evidente. Tantos os participantes do curso de Formação de Multiplicadores, quanto dos colaboradores envolvidos com a construção do empreendimento tinham dúvidas sobre esse assunto. Assim, ao falar da Arqueologia destacamos sua importância social e o quanto os patrimônios arqueológicos são fundamentais para conhecermos a história e cultura dos nossos antepassados.

Na Área Diretamente Afetada pela Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí foram identificados 29 sítios arqueológicos. Ao apresentar essa informação nos cursos, os participantes ficaram surpresos com o potencial arqueológico de sua região e fizeram perguntas sobre como ocorreria a preservação desses sítios e como a comunidade poderia promover a salvaguarda. É interessante observar que não houve uma imposição para que houvesse a preservação desses locais, mas ao longo do diálogo construído, os educandos perceberam que suas atitudes podem contribuir para o cuidado e gestão desse patrimônio.

Na tabela abaixo pontuamos alguns dos resultados obtidos com o Programa de Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí;



Tabela 2. Resultados obtidos com Programa de Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí

Criação de um ambiente interativo para a produção do conhecimento.
Questionamentos sobre o papel do educador patrimonial.
Levantamento de dados secundários e em campo que nortearam as discussões dos cursos de Educação Patrimonial.
Construção de um diálogo sobre o conceito de patrimônio cultural.
Sensibilização sobre a preservação dos vestígios arqueológicos.
Discussão, junto ao público-alvo dos cursos de Formação de Multiplicadores, sobre as possibilidades de aplicação da Educação Patrimonial nos municípios abrangidos pelo empreendimento.
Sugestões de práticas de preservação do patrimônio cultural local.
Diálogo sobre os sítios arqueológicos identificados na região.
Possibilidades de preservação do patrimônio cultural.

Na Educação Patrimonial o pilar para sua realização é exatamente o diálogo. Não se tem por objetivo fazer com que o participante decore todos os bens acautelados, muito menos que memorize toda a legislação sobre a preservação do patrimônio cultural. Essa educação visa que o indivíduo reconheça as suas relações sociais, perceba as relações de poder que permeiam a formação do patrimônio cultural e construa juntamente com órgãos competentes possibilidades de proteção dos seus patrimônios. Nesse caso, a Educação Patrimonial é uma possibilidade de se questionar e vivenciar uma educação diferente da “bancária”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente existe uma preocupação constante com a identificação e preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, originando discussões constantes sobre como e por qual motivo deve-se preservar esse patrimônio. Para que ocorra uma real conservação desses bens é necessário envolver toda a comunidade/sociedade. Para que tal fato ocorra, é preciso o que os indivíduos e sujeitos sociais se sintam parte desse patrimônio, se identifiquem e percebam o quanto são importantes para a própria história.



Ao elaborar todas as etapas descritas, realizá-las e confeccionar todo o material pedagógico do Programa de Educação Patrimonial da LT 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí, as dinâmicas que foram realizadas durante a apresentação do conteúdo, além do próprio curso com a confecção do Plano de Aula, a equipe técnica da Fundação Aroeira teve como objetivo propor alternativas visando despertar o entusiasmo, o interesse e a curiosidade dos partícipes de diferentes áreas e titularidades. A proposta foi estimulá-los principalmente para a preservação dos bens patrimoniais com foco especial nos vestígios arqueológicos por se tratarem de um conteúdo muitas vezes desconhecido.

A metodologia utilizada foi necessária para que se pudesse trabalhar a Educação Patrimonial e incentivar a reflexão sobre os patrimônios culturais não somente no decorrer do curso, mas em seu dia-a-dia. As contribuições teóricas de Paulo Freire, nesse caso, possibilitaram uma construção dialógica no decorrer das ações, em que os papéis sociais dos participantes foi colocado em discussão.

A equipe da Fundação Aroeira sabe que a prática do que foi apresentado trata-se de um processo contínuo e demorado e, baseado na participação ativa do público, nas sugestões e considerações. Este foi somente mais um passo, mais uma tentativa de se viabilizar o aprendizado para aqueles que são os principais parceiros e agentes multiplicadores do conhecimento, bem como abrir discussões sobre a relevância de Paulo Freire para a Educação Patrimonial. Nesse contexto, a conclusão dessas ideias não pode ser unitária, é também, dependente da prática, do envolvimento real e da avaliação dos professores e mestres em dar continuidade a esse processo em suas salas de aula, em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, Mário. Educação, Museu e Patrimônio: Tensão, Devoração e Adjetivação. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. Dossiê: Educação Patrimonial, n. 03, jan / fev 2006. Disponível em <www.revista.iphan.gov.br>.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. **Revista CPC**, V. 13, N. 25, p.140–162, jan./set. 2018.



DIAS, Guilherme; SOARES, André Luiz Ramos. Educação Patrimonial e Educação Popular: um viés possível. In: 8º Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, 2006, Passo Fundo. **Anais do 8º Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire**. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2006.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN – PB, 2012. (Caderno Temático 2).

FLORENCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2 ed. Brasília: Iphan/DAF/Cogedi/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a pratica educativa**, São Paulo, Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo.. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO AROEIRA. **Relatório Final do Programa de Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí**. Goiânia: Fundação Aroeira, 2018.



GARCIA, José Luiz Lopes. **Projeto de Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão de 138kV Barbosa Ferraz – São Pedro do Ivaí**. Goiânia: Fundação Aroeira, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: inventários participativos: manual de aplicação. Texto Sônia Regina Rampim Florêncio et al. Brasília, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2014.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiróz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional / Museu Nacional, 1999.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado. In: O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo / Departamento do Patrimônio Histórico – DPH, 1992.

QUEIROZ, Moema Nascimento. A Educação Patrimonial como instrumento de Cidadania. **Revista Museu**. Disponível em <www.revistamuseu.com.br/artigos>.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Márcia. Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas. In: LIMA FILHO, Manuel F; ECKERT, Cornelia; BÉLTRÃO, Jane Felipe. (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural**: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, pp 81-97, 2007.

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In TOLENTINO, Átila B.; BRAGA, Emanuel Oliveira (orgs.). **Educação Patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. Caderno Temático de Educação Patrimonial nº 05. João Pessoa: Iphan/PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p 38-48.